

O antipetismo do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010

The antipetismo of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in the 2010 presidential election

Cássio Augusto Guilherme

Doutor

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

cassionl@yahoo.com.br

Recebido: 06/03/2023

Aprovado: 24/05/2023

Resumo: Este artigo narra e discute o posicionamento antipetista do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010. Para tanto, utiliza como fonte os editoriais publicados pelo periódico no período, em debate com parte da bibliografia pertinente ao tema. A hipótese inicial é que o jornal manteve sua histórica postura antipetista e pró-PSDB, em oposição à candidata Dilma Rousseff e apoio ao candidato José Serra. Para isso, abusou de alarmismos políticos ligando a petista a supostas pretensões autoritárias e de alarmismos econômicos pró-neoliberais.

Palavras-chave: Imprensa; Eleição; Dilma

Resumen/Abstract: This article narrates and discusses the antipetismo of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in the 2010 presidential election. In order to accomplish that, it uses as a source the editorials published by the periodical during that period, in debate with a part of the bibliography pertinent to the subject. The initial hypothesis is that the newspaper maintained its historic anti-PT and pro-PSDB stance, opposing candidate Dilma Rousseff and supporting candidate José Serra. To attain this, it abused political scaremongering to link PT to alleged authoritarian pretensions, as well as pro-neoliberal economic scaremongering.

Palabras clave/Keywords: Press; Election; Dilma.

Introdução

Na eleição presidencial de 2010, o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) prestou explícito apoio ao candidato opositor José Serra (PSDB). Sua posição esteve condizente com o recente histórico neoliberal, pró-PSDB e antipetista. Havia nos editoriais a esperança de que a estreada candidata Dilma se saísse mal contra o experiente candidato José Serra, em especial no segundo turno. Em vários momentos da campanha, o *Estadão* requeitou argumentos de um suposto “perigo autoritário” representado pelo PT, inflamou denúncias de improbidade para atingir a candidata governista e criticou o programa econômico petista. Ao mesmo tempo, defendeu o programa econômico neoliberal do candidato de oposição.

O jornal comemorou a ida de José Serra para o segundo turno, quando acreditou que seria possível reverter o quadro eleitoral de favoritismo da candidata governista. Com suas expectativas de derrotar o lulismo frustradas, o periódico não poupou críticas ao PSDB, seu candidato e a condução dada à campanha. É comum, nos editoriais, o lamento pela falta de defesa enfática da pauta neoliberal por parte da oposição. Derrotado, o *Estadão* tentou apontar caminhos para que a oposição fosse mais atuante contra Dilma do que foi contra o popular ex-presidente Lula.

Apesar das críticas contundentes que fez à pessoa da candidata Dilma, sempre caracterizada como mero “poste” ou “preposto” de Lula, os primeiros editoriais apontaram para um crédito inicial de confiança à nova presidenta. Ao mesmo tempo, já indicou como seria a sua posição ao longo do ano e do governo Dilma como um todo: no plano político, críticas a toda e qualquer movimentação do ex-presidente Lula; no plano econômico, pressão pela adesão de Dilma à pauta neoliberal, privatizações, reforma da previdência, ajuste fiscal e cortes no orçamento da União.

O objetivo deste artigo é demonstrar qualitativamente o posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010, na repercussão sobre a vitória de Dilma Rousseff e na formação inicial de seu governo. Procuramos responder ao questionamento que busca saber se o jornal manteve sua histórica postura política antipetista, bem como levantar com base em quais argumentos o periódico se apoiou. Para tanto, este artigo utiliza como fonte os editoriais¹ publicados

¹ Uma explicação metodológica se faz necessária. Este artigo trabalha com enorme quantidade de editoriais. Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título do editorial, a escolha foi de não as fazer como o recomendado. Assim, foi criado um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação técnica. Por isso, as referências a cada citação, direta ou indireta, constam em notas de rodapé com a data da edição e página do editorial. Assim, é possível garantir a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que as fontes são indicadas os demais pesquisadores, objetivo este primordial das recomendações de normas técnicas.

pelo jornal em sua página A3 entre os anos de 2010 e início de 2011. Quando necessário, para melhor balizar a explicação, serão utilizadas matérias do caderno Nacional, no qual o periódico reporta os embates políticos. Tudo isto em diálogo com parte da bibliografia recém-publicada sobre o tema.

A opção pela análise dos editoriais se justifica, pois é neste espaço que os jornais apresentam a posição ideológica oficial de seus proprietários e/ou financiadores. Neles, podemos perceber a defesa ou crítica a determinadas ideias, políticos e partidos, o que serve de baliza para o trabalho dos demais jornalistas da empresa. Como aponta Francisco Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidio conceito de “opinião pública” para legitimar a própria opinião da empresa jornalística, dos seus financiadores ou, no máximo, da classe média/alta que busca representar e dirigir.

Imprensa e pesquisa em História Política

O fundamento pela opção por um jornal de circulação diária para análise, se dá por este ainda se manter, como argumenta Fernando Azevedo (2018), como uma das principais fontes primárias de informação política e com grande capacidade para pautar as demais mídias e o debate público. O autor afirma que, em geral, o público leitor deste tipo de imprensa é formado pelos extratos de renda mais altos e eleitores de centro-direita.

A justificativa para a escolha do *Estadão* como objeto de pesquisa está na possibilidade de contribuir com uma já longa bibliografia que avalia a centenária posição ideológica econômica liberal/neoliberal e política antiesquerdista (GUILHERME, 2018). Trata-se do jornal mais antigo em circulação ininterrupta no país, de grande capilaridade no maior estado da federação e indiscutível repercussão política e econômica de seus editoriais e textos de articulistas.

Em trabalho recente, Fernando Azevedo (2017) reforçou que a questão central das pesquisas que têm a imprensa como objeto deve ser a relação dela com o sistema político e econômico. Dentre outras questões, é preciso atentar-se à maneira que a imprensa se posiciona, se ela atua de forma equilibrada, se é diversificada, se há pluralidade de opiniões nas páginas dos jornais, se tomam posição ou atuam com imparcialidade.

É consenso que a mídia possui grande poder de agenda, ou seja, ela seleciona, hierarquiza, estabelece enquadramentos, narrativas e opiniões sobre os fatos. A imprensa pode não determinar

como as pessoas vão pensar, mas é capaz de determinar sobre qual tema e a partir de qual perspectiva seus leitores pensarão sobre um determinado fato ou conjuntura.

Ainda conforme os argumentos de Fernando Azevedo (2017), a imprensa é fundamental na construção da agenda e na mediação do debate político. Ao fornecer, diariamente, análises interpretativas, ela constrói ou destrói imagens e reputações de pessoas e ideias e, assim, atua para formar preferências políticas, ideológicas e eleitorais em seus leitores. O autor mostra que “a imprensa brasileira age como um ator que intervém e participa historicamente do debate nacional, assumindo posições políticas e ideológicas, mas com um autoatribuído papel moderador” (AZEVEDO, 2017, p. 45-46). Ou seja, a mídia participa de forma militante no debate político que ela narra de maneira enviesada. Embora se coloque como fiadora do pluralismo político, imparcial e aberta ao debate, as pesquisas acadêmicas têm desmontado essa autopropaganda e comprovado que, na verdade, a imprensa define, a partir de seus próprios critérios políticos, ideológicos e econômicos, quem pode participar do debate e censura as vozes dissonantes.

Esta pesquisa tem enfoque qualitativo (GOLDSTEIN, 2017), ou seja, nas especificidades discursivas e ideológicas, nos conceitos e argumentos presentes nos editoriais do jornal para consolidar o consenso hegemônico contra o lulismo (FONSECA, 2005). Não há, portanto, grandes preocupações quantitativas nas análises editoriais (AZEVEDO, 2017).

Já está consolidada na historiografia o uso de fontes jornalísticas para pesquisas. No Brasil, os escritos de Tania Regina de Luca (2011) são referências neste sentido, bem como os de Maria Helena Capelato (2014), uma das pioneiras no uso deste tipo de fonte. Em trabalho mais recente, Luiz Dias e Rafael Souza (2018) defendem o uso da imprensa em pesquisas de história do tempo presente. Eles reforçam que a imprensa não é neutra, mas carrega os interesses e expectativas dos grupos econômicos que a financiam e que, mesmo assim, o estudo da imprensa é importante para avaliar a opinião do periódico. Os mesmos autores indicam que a imprensa brasileira teve papel de destaque no desgaste da popularidade de Dilma. Neste contexto, o *Estadão* foi o jornal que agiu de “forma mais aberta” (DIAS e SOUZA, 2018, p. 38) no alarmismo antipetista.

O Estadão na Era do Plano Real: apoio ao PSDB e oposição ao PT

Como mostra Francisco Fonseca (2005), em fundamental pesquisa sobre o posicionamento ideológico neoliberal dos grandes jornais brasileiros desde os anos 1980, o *Estadão* foi apontado

como um dos maiores entusiastas da missão de forjar o consenso pela redução do Estado (GUILHERME, 2018). Uma vez que o presidente Itamar Franco indicou ser contra as privatizações, o *OESP* se colocou como crítico opositor ao que considerou ser um refluxo da agenda neoliberal iniciada no governo Collor de Mello. Para o jornal, a postura de Itamar faria o Brasil caminhar de volta ao terceiro mundo, com um governo interpretado como de “populismo ultrapassado e sentimentalóide”². Francisco Fonseca argumenta que a tentativa do periódico em querer influenciar os rumos do novo governo reafirmou a postura do jornal como ator político-ideológico: “como se observa, a luta pela hegemonia é longa, complexa e marcada pelo desenvolvimento de táticas e estratégias, numa espécie de ‘vale-tudo’ ideológico, em que a grande imprensa se utilizou de todos os expedientes possíveis, exceto a discussão de ideias” (2005, p. 392).

Forjado o consenso à agenda neoliberal, a grande imprensa uníssona apoiou o Plano Real lançado pelo presidente Itamar Franco. Desde então, *OESP* estendeu seu apoio a todos os governos e candidatos do PSDB, por representarem a agenda neoliberal contra o que considerou populismo intervencionista de candidaturas e futuros governos do PT. Animado pela mudança de postura do antes “esquerdista” Fernando Henrique Cardoso para o candidato que representava “a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência”, o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: “nossa opção!”³.

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial “urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “seguir por este caminho é fundamental”⁴. Em 1997, o *OESP* cobrou o governo para “agilizar as grandes privatizações” das telecomunicações, do setor elétrico e da Companhia Vale do Rio Doce⁵. Uma vez que o governo FHC demonstrou compromisso com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal como “um voto racional” do eleitor que “aprendeu o suficiente para votar com a cabeça [...] e sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos”⁶.

² O *Estado de S. Paulo*, 10/12/1992, p.03.

³ O *Estado de S. Paulo*, 02/10/1994, p.03.

⁴ O *Estado de S. Paulo*, 04/10/1994, p.03.

⁵ O *Estado de S. Paulo*, 27/02/1997, p.03.

⁶ O *Estado de S. Paulo*, 06/10/1998, p.03.

Fora da presidência, FHC se tornaria figura constante em entrevistas e publicação de artigos de opinião política no jornal.

Em 2002, diante da possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o jornal escreveu em tom de alento e esperança: “a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora”⁷. Ariel Goldstein (2017) mostra que, de início, o periódico foi pragmático com a vitória eleitoral de Lula. Nos editoriais, recomendou a Lula manter a política econômica neoliberal, fazer a reforma da Previdência, se afastar dos “radicais” do PT e tentou solidificar a narrativa de que qualquer alteração no modelo econômico poderia resultar em caos. A partir da crise do “mensalão” e da mudança na política econômica que se tornou mais intervencionista (SINGER, 2012), o *OESP* se portou como radical opositor ao governo e abusou de dois pacotes interpretativos para produzir uma versão negativa de Lula e do PT: populismo e corrupção.

A proximidade de Lula com os movimentos sociais e sindicais, somado às políticas públicas estatais que permitiram ascensão social das classes populares, fez o *Estadão* reavivar a antiga retórica do “perigo populista” tão bem usado contra Getúlio Vargas e João Goulart. Ariel Goldstein (2017) mostra que o jornal viu o governo Lula como fomentador da luta de classes em um país em que, na perspectiva do periódico, inexistiria divisão social. As políticas sociais foram desqualificadas como populismo eleitoral. Típico da visão elitista que conserva há séculos, o jornal negou autonomia de pensamento aos eleitores com preferência pelo lulismo, desqualifica-os como ignorantes, cúmplices, atrasados e enganados pelo carisma do presidente.

É constante a comparação que o jornal faz entre FHC e Lula. Goldstein (2017) aponta que, devido à coincidência de visões ideológicas e hierárquicas para a sociedade brasileira entre o jornal e o ex-presidente pelo PSDB, o partido é sempre retratado de forma positiva no periódico. Em muitas oportunidades, o jornal publicou textos de Fernando Henrique Cardoso, exatamente no mesmo tom das críticas feitas pelos editorialistas do periódico: ao “perigo populista”; à incompetência de Lula; à destruição dos valores republicanos; à ética nos governos do PSDB.

Desde o escândalo do “mensalão”, o *Estadão* empreendeu uma cruzada moral para colar no PT a pecha de “partido corrupto” por natureza. Segundo Goldstein (2017), o jornal foi o que deu mais importância às denúncias de corrupção contra o PT e atuou para: estigmatizar o partido como

⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2002, p.03.

o único responsável pela corrupção na política; consolidar a narrativa de ser o governo mais corrupto da história do Brasil; pré-julgar Lula como culpado. O autor mostra ainda que o cerco de exposição permanente do tema da corrupção na grande imprensa objetivou condicionar a agenda pública de debates, ou seja, manter o governo na defensiva e silenciar a agenda governamental de redução das desigualdades e geração de empregos, por exemplo.

O enquadre eleitoral moralista de “honestos x corruptos” foi a tônica da cobertura do jornal na eleição presidencial de 2006. O *Estadão* demonstrou seu apego ao neoliberalismo do PSDB e ao republicanismo tucano: “hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração”⁸. Em termos quantitativos, os editoriais do jornal em 2006 tiveram 93,1% de valências negativas a Lula e ao PT⁹ (AZEVEDO, 2017). Coincidentemente, a agenda econômica defendida pelo jornal foi exatamente a mesma do candidato Geraldo Alckmin (PSDB): privatizações; redução dos gastos públicos; e a não intervenção do Estado.

O primeiro semestre de 2010: uma pré-campanha já polarizada

Desde a eleição presidencial de 1994, o PSDB e o PT polarizaram as disputas. Em todas elas, havia a presença de Luís Inácio Lula da Silva como o candidato petista. Em 2010, foi a primeira eleição em que Lula não foi o candidato a presidente pelo PT, mas atuou como importante cabo eleitoral para a presidenciável petista. As pesquisas e discussões na imprensa apostaram na repetição da polarização partidária. Porém, havia o debate sobre a real capacidade do presidente Lula da Silva em transferir o capital eleitoral e popular conquistado nos últimos anos, devido ao seu bem avaliado governo, à candidata Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e que disputaria uma eleição pela primeira vez na vida.

Embora José Serra (PSDB) ainda fosse oficialmente governador de São Paulo e Dilma Rousseff (PT) estivesse à frente da Casa Civil do governo federal, não era segredo que, desde o início do ano, ambos já estavam ativamente em campanha por votos e aliados. Logo no começo de janeiro, o *Estadão* noticiou que: “Serra e Dilma já exibem suas táticas para corrida presidencial”. A petista anunciou que a tônica de sua campanha seria a comparação entre os governos Lula/PT contra FHC/PSDB. Os tucanos insistiriam em lembrar a longa biografia política de José Serra e insinuariam

⁸ *O Estado de S. Paulo*, 01/10/2006, p.03.

⁹ Na mesma eleição, a Folha de S. Paulo deu 79% e O Globo 83,9% de valência negativas à Lula e ao PT nos editoriais (AZEVEDO, 2017).

que a adversária seria mera “sombra” inexperiente do presidente Lula¹⁰. Alguns dias depois desta fala de líderes do PSDB, o *Estadão* reforçou o argumento da oposição – fato que ocorreria várias vezes ao longo da campanha, visto que o jornal atuou como amplificador das mensagens peessedebistas. O jornal ironizou que a neófita candidata Dilma precisaria “tomar aulas de comunicação com o povo”, por possuir “completa falta de apelo” popular¹¹.

O candidato da oposição, José Serra/PSDB, iniciou o ano eleitoral à frente nas pesquisas de intenção de votos. Alguns fatores explicam estes números iniciais. Primeiro, José Serra já era político de vasto capital eleitoral, ex-presidenciável em 2002 e governador de São Paulo, o mais populoso estado do país. Segundo, Dilma Rousseff, embora ocupante do principal ministério de governo, nunca havia disputado uma eleição sequer e era desconhecida do grande público. À medida que o presidente Lula, gozando de altos índices de aprovação e popularidade, passou a apresentá-la ao grande eleitorado, Dilma cresceu nas pesquisas e, antes mesmo do início oficial da campanha, tomou a dianteira nas enquetes do mês de junho.

Em editorial no começo do ano, o *Estadão* comentou o crescimento de Dilma nas pesquisas. Em tom de reclamação, atribuiu a subida da governista não aos “seus atributos administrativos, políticos ou pessoais”, que seriam inexistentes segundo o periódico, ou então a uma “eventual comparação favorável com outros presidenciáveis”. Na perspectiva do jornal, Dilma crescia nas pesquisas por ser a única candidata a já estar em campanha, aproveitando os holofotes dos eventos governamentais para fazer uma ilegal campanha antecipada. Ou seja, o jornal acusou o presidente Lula de usar a máquina governamental para impulsionar sua candidata, “fabricando eventos públicos para exibi-la aos eleitores”¹². Porém, o jornal não teve o mesmo senso crítico para ver uso da máquina governamental do estado de São Paulo nas obras inauguradas pelo então governador e pré-candidato José Serra.

Em vários momentos da pré-campanha, o jornal comparou as biografias e os perfis dos dois candidatos. José Serra foi sempre elogiado, enquanto Dilma Rousseff era sempre desacreditada. A petista foi rotulada como “uma sombra de seu criador” e apenas a ênfase petista numa campanha plebiscitária Lula/PT x FHC/PSDB seria capaz de impedir, na visão do jornal, que todos os eleitores percebessem “uma indigesta realidade: a esqualidez aparentemente irremediável do desempenho da

¹⁰ O *Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, p. A4 e 16/01/2010, p. A4.

¹¹ O *Estado de S. Paulo*, 23/01/2010, p. A3.

¹² O *Estado de S. Paulo*, 11/04/2010, p. A3.

candidata [...] À falta de uma Dilma pessoa física, só resta a seus mentores fazer dela uma pessoa jurídica – a representação da era Lula”. Isso levou os editorialistas a chamarem continuamente a candidata petista de “Lulilma”, insinuando que, uma vez eleita, Dilma seria tutelada por Lula, o candidato de fato, “que concorre por interposta pessoa ao terceiro mandato”¹³. Próximo ao início oficial da campanha, um editorial ironizou as “promessas da criatura”, ou seja, sequer chama a candidata Dilma pelo nome¹⁴.

Em contraste, o candidato da oposição, José Serra, foi mostrado como experiente, qualificado, honesto e competente. Em consonância com sua frase “não comecei ontem e não caí de paraquedas”, o *Estadão* argumentou que o candidato da oposição não era fabricado, teria vida própria e sua candidatura foi o “momento natural de uma longa trajetória política”¹⁵. Outro editorial anunciou com pompa, elogios e expectativas o seu lançamento oficial como candidato: elogiou suas propostas para educação e saúde; comemorou o discurso no “tom certo para se dirigir ao eleitor” na defesa do governo FHC e suas privatizações; reforçou as críticas feitas por ele às “falanges do ódio” petistas que “dividem os brasileiros em ricos e pobres, nordestinos e sulistas [...] a construção populista que se condensa no ‘nós contra eles’ de Lula”. A expectativa do jornal era de que a fala de José Serra logo rendesse resultado positivo para ele nas pesquisas de intenção de votos¹⁶.

Porém, os partidos de oposição não se entendiam quanto à formação da chapa eleitoral e ao *slogan* que daria rumo para a campanha. A escolha do candidato a vice é a síntese desta disputa. O governador mineiro Aécio Neves tentou ser o nome da oposição na disputa presidencial, mas, segundo o próprio *Estadão* reconheceu, “Serra manobrou para afirmar a sua primazia sobre o rival”. Tal “manobra” irritou os tucanos mineiros e o jornal *Estado de Minas* fez duro editorial para criticá-la. O *OESP*, então, respondeu em outro editorial no qual defendeu a ala paulista do PSDB e o candidato José Serra. Além disso, clamou para que a oposição se unisse em torno do governador de São Paulo. Desgostoso, Aécio passou a desdenhar da tentativa defendida pelo jornal de fazê-lo candidato a vice e preferiu garantir-se no Senado. A indefinição do nome para compor a chapa eleitoral como candidato a vice se arrastou por meses e foi definida apenas às vésperas do início da campanha eleitoral. Assim, dois motivos fizeram o jornal avaliar como “a missão quase impossível do candidato

¹³ O *Estado de S. Paulo*, 02/04/2010 e 08/04/2010, 02/07/2010, p. A3.

¹⁴ O *Estado de S. Paulo*, 30/06/2010, p. A3.

¹⁵ O *Estado de S. Paulo*, 02/04/2010, p. A3.

¹⁶ O *Estado de S. Paulo*, 13/04/2010, p. A3.

Serra” na disputa pela presidência: a escolha do desconhecido deputado Índio da Costa (DEM-RJ) como vice, o que não agradou ao jornal; e o *slogan* “o Brasil pode mais”, que não ofereceria “ao eleitorado alternativas às diretrizes econômicas e sociais”¹⁷.

Enquanto isso, no governo, o então presidente Lula da Silva (PT) foi o artífice de uma controversa aliança política com o PMDB que, ao longo da campanha, passou por vários momentos de conflito (GUILHERME, 2020a). Em caso de vitória eleitoral, a expectativa era de que o governo Dilma tivesse sólida base aliada no Parlamento. Porém, havia o receio de que Dilma se tornasse refém do apetite fisiológico do PMDB. A negociação entre Lula/PT e o PMDB para a definição do nome a integrar a chapa como vice-presidente foi tensa e se arrastou por meses. Lula tentou um nome menos forte do partido, como o do então ministro Hélio Costa. A cúpula peemedebista, liderada por Michel Temer, não admitiu outro nome senão o dele, presidente do partido e ex-presidente da Câmara. Segundo noticiou o *Estadão*, o partido se convenceu de que estava “em curso a fritura” de seu presidente partidário e passou a se movimentar para mostrar insatisfação, “criar um fato consumado e impor ao Planalto o nome do presidente da Câmara”¹⁸.

Na avaliação do jornal, o esforço do PMDB para emplacar Michel Temer como vice na chapa iria “além do posto” e faria parte de “um projeto de poder” do partido. Segundo noticiou, na perspectiva da cúpula peemedebista, Temer seria o único com experiência congressual e força política nos bastidores para “proteger” o partido nas disputas com o PT” e “garantir um quinhão privilegiado de poder no núcleo palaciano do futuro governo”. Segundo o *Estadão*, “o que mais preocupava o PT” era justamente a perspectiva de que Temer ocupasse o espaço de principal interlocutor congressual¹⁹. Confirmada a indicação do PMDB, Temer prometeu: “é claro que serei um vice nos limites da Constituição, porque sou legalista. E serei extremamente discreto, como convém ao vice”. Aliados do indicado, porém, já foram mais explícitos em seus objetivos, como Geddel Vieira Lima: “não vai haver um eventual governo Dilma. Vai haver um eventual governo Dilma e Temer. Vamos ganhar juntos e governar juntos”. O *Estadão* foi enfático ao afirmar que o PMDB já estava “cheio de apetite” por mais cargos e espaço no Poder Executivo²⁰.

¹⁷ O *Estado de S. Paulo*, 07/03/2010, 02/04/2010 e 02/07/2010, p. A3.

¹⁸ O *Estado de S. Paulo*, dias 21/01/2010, p. A6; 22/01/2010, p. A6 e 26/01/2010, p. A4.

¹⁹ O *Estado de S. Paulo*, dia 31/01/2010, p. A8.

²⁰ O *Estado de S. Paulo*, dias 19/05/2010, p. A4, 27/05/2010, p. A7, 13/06/2010, p. A12 e 15/06/2010, p. A7.

Além do apetite por cargos no Poder Executivo, o PMDB também apresentou uma proposta de plano econômico para a chapa eleitoral. Na avaliação do *Estadão*, o objetivo da proposta foi “se contrapor” ao programa já elaborado pelo PT²¹. Sobre este tema, André Singer (2012) aponta que, enquanto o PT apresentou um programa de governo para intensificar o reformismo lulista com mais presença do Estado na economia via o fortalecimento dos bancos públicos e das empresas estatais, o PMDB apresentou um programa oposto: contenção de gastos públicos, reforma trabalhista e da previdência:

Condizente com seu histórico (GUILHERME, 2018), no primeiro semestre do ano, foram vários os editoriais do *OESP* que insistiram na tese do suposto “perigo autoritário” para o país caso a candidata petista fosse eleita. No mês de janeiro, foram cinco editoriais para comentar o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3). Todos com críticas e alarmismos sobre ele. Na cosmovisão dos editorialistas, as propostas apresentadas para debate seriam, na verdade, o “roteiro para a implantação de um regime autoritário”, a verdadeira face do “populismo autoritário” existente, segundo o jornal, desde a fundação do PT. Além disso, a publicação do Programa comprovaria “de forma irrefutável” o despreparo de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil²².

Mas no PNDH-3, o que mais incomodou o *Estadão* foram as diretrizes para a democratização da imprensa, item que o jornal qualificou como “parte de um amplo esforço de liquidação do Estado de Direito e de instalação, no Brasil, de um regime autoritário”. Como resposta, os veículos da grande imprensa e o Instituto Millenium, *think tank* ultraliberal, promoveram evento para criticar o que o jornal chamou de “ameaça à liberdade de imprensa”, comparáveis à Venezuela, Cuba e Argentina e endossou a crítica do sociólogo antipetista Demétrio Magnoli: o PNDH-3 se compararia a uma “restauração stalinista”. Quando o presidente Lula reagiu às críticas da mídia e apontou sua parcialidade, o *OESP* desqualificou-as como mera “obsessão de Lula” em criticar a imprensa²³.

O PT ainda discutia e apenas esboçava um programa de governo na fase de pré-campanha, mas o *Estadão* já alardeava a existência de uma suposta radicalidade nos planos do partido e da candidata Dilma. Ainda em fevereiro, foram três editoriais para reclamar de “um Estado ainda mais atuante, mediante o fortalecimento das empresas públicas e a ampliação dos financiamentos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal” e do “silêncio do texto em relação aos

²¹ *O Estado de S. Paulo*, dias 09/02/2010, p. A7; 02/03/2010, p. A7 e 19/03/2010, p. A4.

²² *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, 12/01/2010, 14/01/2010 e 17/01/2010, p. A3.

²³ *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2010, 03/03/2010 e 26/03/2010 p. A3.

princípios macroeconômicos” neoliberais, ou seja, “pelo ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação”. Como se percebe, a crítica é ideológica. O jornal disse que Dilma e seu grupo político no PT se pareciam com a origem “retórica incendiária” do partido, que pretendia “liderar uma revolução que desembocaria numa forma de socialismo”. Então, os editorialistas clamaram para que o presidente Lula, “o mais lúcido” e “pragmático” entre os petistas, mantivesse o partido no “centro” do espectro político²⁴.

O primeiro turno: a operação segundo turno

Ao longo de todo o primeiro turno, raramente os editoriais do *Estadão* trataram da campanha eleitoral, dos candidatos, suas agendas, alianças ou propostas de governo. As pesquisas de intenção de votos mostravam que Dilma Rousseff subia e se consolidava na liderança isolada, com ampla chance de vitória ainda na primeira votação. Em tom de lamento, três editoriais do jornal reconheceram este fato e deram dicas ao candidato José Serra para reverter o cenário.

O jornal admitiu que “nem o mais fervoroso” adepto da oposição acreditava que, até o dia da votação, Serra voltaria à condição de líder nas pesquisas. O máximo que caberia ao candidato seria ir bem nos debates e nas mídias eletrônicas, na esperança de levar o embate para a segunda etapa. O editorial debateu que o grande problema da retórica oposicionista era dosar o discurso diante de um governo reconhecidamente com 80% de aprovação. Em outro texto, o futuro do PSDB foi discutido e a perspectiva de uma terceira derrota seguida do partido, que “nunca teve jeito para ser oposição” e “se furtou” de fazê-la diante da popularidade de Lula, apontaria para perspectivas nada alvissareiras: “as colunas do edifício político desabarão sobre os tucanos com a uma força destrutiva”, confinando-os aos redutos paulista e mineiro. A onipresença de Lula na propaganda da candidata petista incomodou o jornal, que ironizou se o presidente não estaria se portando como um candidato em luta “pelo terceiro mandato”²⁵.

Assim como mostrou Jakson Alencar (2012) sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, diante deste cenário nas pesquisas de intenção de voto, o *Estadão* também centrou sua cobertura jornalística em desgastar a imagem do governo e sua candidata diante do leitor/eleitor. O objetivo era avivar a

²⁴ O *Estado de S. Paulo*, 06/02/2010, 11/02/2010 e 12/02/2010, p. A3.

²⁵ O *Estado de S. Paulo*, 17/08/2010, 19/08/2010 e 24/08/2010, p. A3.

esperança de levar a eleição para o segundo turno, quando supunham serem aumentadas as chances do candidato de oposição.

No mês de agosto, o tema principal das capas, noticiários e editoriais foram os vazamentos de declarações de imposto de renda de políticos e familiares do PSDB. A grande imprensa fez grande estardalhaço na tentativa de associá-los diretamente ao governo petista e à candidata Dilma Rousseff. Para o *Estadão*, os auditores fiscais envolvidos eram “o exército secreto de Dilma” incumbidos do “trabalho sujo contra o inimigo”. O jornal afirmou que haveria uma estrutura montada pelo PT para vigiar e chantagear adversários políticos, e que esta suposta estrutura se tornaria permanente, caso Dilma fosse reeleita²⁶. Tempos depois, soube-se que o responsável pelos documentos levantados foi o jornalista Amaury Ribeiro Jr (2011), que publicou livro sobre as privatizações conduzidas pelos governos do PSDB.

Dias depois, uma denúncia feita pela revista *Veja* foi repercutida pelo jornal como certeza absoluta e irrefutável. A então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, foi acusada de promover tráfico de influência na pasta. O tema também se tornou ininterrupto nas capas e reportagens do *Estadão*. A ministra foi sempre retratada como aliada direta da candidata Dilma. Ambos os casos, segundo o jornal, seriam o “modus operandi do lulismo, que ameaça deitar raiz no terreno baldio da política nacional”²⁷.

Sobrou ainda para o presidente Lula da Silva, acusado de estar embriagado pela popularidade e pelos bons índices econômicos do país. Por isso, Lula seria o principal artífice na montagem de uma “fábrica de dossiês”, que estaria desmoralizando as instituições públicas “como nunca antes neste país”. Um editorial todo foi dedicado a comemorar as multas aplicadas pelo TSE ao presidente por fazer campanha antecipada pela candidata governista, mas nenhum editorial foi escrito para comentar as mesmas multas que o candidato do PSDB recebeu²⁸.

O presidente Lula reagiu às críticas feitas pela imprensa. No final de setembro, em quatro editoriais dedicados a rebater as críticas do presidente, o *Estadão* aproveitou para assumir-se como um jornal de oposição e pedir votos para o candidato José Serra/PSDB. Primeiro, acusou Lula de “retórica maniqueísta sem o menor pudor”, quando o presidente falava ao “eleitorado de baixa renda e pouca instrução”. Depois, reverberou as críticas feitas por FHC – a quem o periódico considerava

²⁶ O *Estado de S. Paulo*, 16/07/2010, 10/08/2010, 14/08/2010, 31/08/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, p. A3.

²⁷ O *Estado de S. Paulo*, 15/09/2010 e 16/09/2010, p. A3.

²⁸ O *Estado de S. Paulo*, 15/07/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, 09/09/2010 e 14/09/2010, p. A3.

“um dos mais notórios fantasmas de Lula” – em entrevista ao próprio jornal. O *OESP* temia que, caso Dilma fosse eleita – o “que esperamos que não aconteça”, como admitiu em editorial – a petista e os movimentos sociais pressionassem o Congresso contra a “autonomia da produção jornalística”. Por fim, ao comentar a acusação de Lula de que a imprensa se comportava como partido político, o *Estadão* admitiu que “apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República”²⁹.

Como se vê, o jornal não discutiu as perspectivas de governo dos candidatos. Porém, em um único editorial no qual pinçou uma frase candidata Dilma, pode-se observar a perspectiva ideológica que move o *Estadão*. A candidata se mostrou refratária à suposta necessidade urgente de promover um ajuste fiscal que cortasse gastos de custeio do governo. Condizente com seu histórico neoliberal, o *OESP* então dedicou todo o espaço editorial para argumentar no sentido contrário³⁰.

O segundo turno: um fio de esperança ao jornal oposicionista

Abertas as urnas do primeiro turno, a candidata governista obteve 46,91% dos votos, enquanto José Serra ficou com 32,61% e Marina Silva/PV surpreendeu com expressivos 19,33%. O *Estadão* comemorou o resultado, que garantiu o segundo turno, fazendo provocações ao presidente Lula. Na otimista avaliação do jornal, as urnas deram uma resposta negativa: ao modo lulista de governar a política e a economia; aos supostos ataques à liberdade de imprensa; aos casos de “corrupção” reverberados pela imprensa ao longo da campanha. Para o jornal, Marina Silva foi a grande “vencedora política do pleito” e a responsável por garantir uma nova rodada eleitoral de segundo turno. O candidato José Serra sequer foi citado no editorial³¹.

No Congresso, o PT fez a maior bancada na Câmara, enquanto a oposição perdeu 45 cadeiras. Em tese, a base dilmista na casa partiria de 311 deputados, enquanto os serristas saíram com 136 deputados. No Senado, o PT dobrou sua bancada, enquanto a oposição perdeu 11 lugares. Sobre este novo Congresso saído das urnas, o jornal mostrou-se preocupado. Caso José Serra vencesse no segundo turno, teria “que comer pelas bordas esse contingente”, enquanto o PT tentaria “impedi-lo de governar”. Caso Dilma Rousseff fosse eleita, usaria “de sua maioria para aplastar a oposição”. O periódico lamentou as derrotas de caciques opositores como Tasso Jereissati/PSDB, Arthur

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 21/09/2010, 23/09/2010, 25/09/2010 e 26/09/2010, p. A3.

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2010, p. A3.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 05/10/2010, p. A3.

Virgílio/PSDB, Heráclito Fortes/DEM e Marco Maciel/DEM, mas comemorou a ascensão de outros nomes opositores, como Aécio Neves/PSDB e Aloysio Nunes Ferreira/PSDB³².

Começado o horário eleitoral do segundo turno, o *Estadão* reforçou seu apoio ao candidato da oposição. Admitiu que “recebeu com satisfação o resultado” e reiterou “a sua esperança no êxito do candidato” José Serra, apesar de ele pouco ter contribuído para o resultado. Mais que isso, um editorial inteiro foi dedicado a convencer o opositor a fazer, nesta segunda etapa, o que não fez na primeira: assumir o legado do governo FHC e a defesa ideológica das privatizações e do modelo neoliberal de Estado³³.

A primeira pesquisa de intenção de votos fez o *Estadão* comemorar e especular que ela “foi o suficiente para disseminar o pânico nas hostes petistas”, o que teria tornado a campanha petista mais agressiva contra a oposição. Nos últimos dias da campanha, o jornal voltou à retórica de ameaça autoritária caso a candidata governista fosse eleita: assédio à liberdade de imprensa; corrupção no caso Erenice Guerra; e um programa de governo que serviria apenas para o “nível de instrução da massa de seus eleitores, conforme demonstram os mapas eleitorais”³⁴.

O segundo turno da eleição foi dominado pela pauta religiosa, conservadora, sobre temas ligados ao aborto e aos homossexuais. Além disso, na internet, em especial via Twitter, disseminou-se muitas mentiras contra todos os candidatos. O *Estadão* lamentou tais fatos: “A sucessão foi sequestrada pelo ativismo dos grupos mais conservadores de diferentes denominações cristãs”, asseverou. O jornal reconheceu que Dilma Rousseff teve que enfrentar oposição de “padres e pastores” que “exortam os fiéis a não votarem na petista”, alegando que ela “patrocinaria a liberação total do aborto”. O jornal admitiu que este tema, em especial entre os cristãos evangélicos, era o que mais explicava a queda da governista nas urnas do primeiro turno. Quanto à internet, o jornal observou que Dilma foi a mais prejudicada pelas mentiras espalhadas. Porém, típico de seu antipetismo, culpou o presidente Lula pelo tom agressivo que significaria a “fragilidade dos valores democráticos da sociedade brasileira”³⁵.

No dia da votação as pesquisas mostravam folgada vantagem de Dilma Rousseff. Sem precisar pedir voto para seu candidato já sabidamente derrotado, o jornal então centrou críticas ao

³² O *Estado de S. Paulo*, 06/10/2010, p. A3.

³³ O *Estado de S. Paulo*, 08/10/2010 e 11/10/2010, p. A3.

³⁴ O *Estado de S. Paulo*, 13/10/2010, 16/10/2010, 24/10/2010, 27/10/2010 e 28/10/2010, p. A3.

³⁵ O *Estado de S. Paulo*, 11/10/2010, 13/10/2010, 15/10/2010 e 22/10/2010, p. A3.

presidente Lula a quem acusou, mais uma vez, de perseguir “um projeto de poder populista assentado sobre o carisma e a popularidade”. Embora a candidata governista tenha feito campanha sob as leis da Justiça Eleitoral, o jornal escreveu que o PT era “desprovido de valores democráticos sólidos” e que, ao vencer mais uma eleição, promoveria a erosão dos fundamentos institucionais republicanos”. Como um suspiro de esperança, o editorial ainda clamou para que o eleitor refletisse antes do voto³⁶.

Dilma vence e forma o novo governo

Dilma Rousseff/PT venceu com folga de 12 milhões de votos a eleição no segundo turno. Novamente, o *Estadão* desqualificou a eleita como “um poste” do presidente Lula e com “problemáticos traços de personalidade”, somados ao “fato de não ser diferente do patrono”, a quem Dilma estaria subordinada. Na perspectiva do jornal, na presidência, Dilma viveria na dependência “em relação ao criador”. Em contrapartida, elogiou a escolha de Antônio Palocci – o mais neoliberal dos petistas – para comandar a transição de governo, mas especulou que o presidente Lula é quem escolheria o ministério do futuro governo³⁷.

Novamente, o jornal criticou a oposição, e julgou que “o comportamento errático, quando não pura e simplesmente omissivo” ao longo dos governos Lula e desta campanha é que foram responsáveis pela terceira derrota eleitoral seguida. Em editorial, reclamou do fato de Lula ter conseguido colar a pecha de elitista no PSDB, o qual, “sofrendo de grave crise de identidade, assistiu inerte a essa mistificação”. O jornal não perdoou a estratégia oposicionista de não pautar o *impeachment* de Lula em 2005. Em discurso, o derrotado José Serra prometeu estar “apenas começando uma luta de verdade”. Apesar de cético quanto à disposição da oposição, o *Estadão* aproveitou para apontar alguns caminhos para os oposicionistas atrapalharem o futuro governo: sem carisma, Dilma não teria o mesmo controle sobre a base congressual; o bloco governista seria muito grande e fragmentado ideologicamente, por isso, tenderia a “bater cabeça” no decorrer dos meses de governo; o PSB, então aliado do governo, saiu fortalecido e poderia querer alçar voos maiores em 2014, como realmente o fez (GUILHERME, 2020b); o sempre fisiológico PMDB, estaria na vice-presidência com Michel Temer, já reivindicando maior participação no governo. Ao final, o

³⁶ O *Estado de S. Paulo*, 31/10/2010, p. A3.

³⁷ O *Estado de S. Paulo*, 02/11/2010 e 04/11/2010, p. A3.

jornal clamou para que a oposição tivesse “sincera disposição de banir da vida política” as “práticas nefastas” do que chama de “lulo-petismo”³⁸.

Outros três editoriais ainda apontaram o que deveria ser, na cosmovisão ideológica do periódico, a encruzilhada econômica da presidenta Dilma: manter a equivocada política econômica “de gastos e aumento da carga tributária” ou optar pelo correto “caminho da seriedade e do equilíbrio fiscal”, promovendo cortes orçamentários. Condizente com seu histórico neoliberal, defendeu o plano dos petistas Antônio Palocci e Paulo Bernardo: fazer um ajuste fiscal nas contas públicas, reduzir as despesas de custeio, corte de pessoal e os investimentos. Nesse sentido, a escolha de Alexandre Tombini para o Banco Central foi comemorada como indício de autonomia, manutenção da política de juros e do câmbio flutuante³⁹.

Porém, quando Dilma anunciou a manutenção do ministro Guido Mantega na condução da economia, o *Estadão* lamentou e ironizou o que, em sua visão, seriam os atributos do economista para o cargo: “acomodar a política fiscal às conveniências político-eleitorais”, a “sua vocação para a ‘contabilidade criativa’”, “um programa de estímulo ao investimento” que “deveria ser interrompido” e agora, o plano de “baixar os juros mais velozmente”. O jornal já acusava o governo de maquiagem as contas e, por isso, exigia um ajuste fiscal que gerasse superávits primários para o pagamento dos juros da dívida pública como a única alternativa possível⁴⁰.

O *Estadão* criticou a formação do primeiro ministério da presidenta Dilma. Acusou-a de subserviência ao presidente Lula que, segundo o jornal, era quem de fato decidia os nomes. A natural manutenção dos principais nomes do governo Lula/PT para o governo Dilma/PT na primeira sucessão da história em que o governo venceu, foi motivo de críticas. Apenas o nome da jornalista Helena Chagas para a Comunicação é que recebeu um singelo elogio⁴¹. Mas, foi a relação de Dilma com o PMDB e seus caciques o assunto que mais rendeu editoriais após a vitória nas urnas.

O jornal apontou que o PMDB já se mostrava “insatisfeito” e que Michel Temer não escondia a disposição para “jogar pesado” na partilha dos ministérios, cargos e no controle do Congresso. Na avaliação dos editorialistas, os “calejados profissionais da sigla” apostariam no fato de que, sem Lula no Planalto, “o jogo desde logo é outro” com a inexperiente Dilma Rousseff. O jornal

³⁸ O *Estado de S. Paulo*, 03/11/2010 e 06/11/2010, p. A3.

³⁹ O *Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 25/11/2010, p. A3.

⁴⁰ O *Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 20/11/2010, 26/11/2010, 28/11/2010 e 07/12/2010, p. A3.

⁴¹ O *Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, 06/12/2010 e 11/12/2010, p. A3.

comentou uma entrevista em que Temer negou que o partido daria trabalho à presidenta: “Pilatos não diria melhor. Nem Pinóquio [...] Será com isso [com este PMDB fisiológico] que Dilma governará”. O PMDB chegou a anunciar a formação de um “bloco” com outros partidos de centro, no intuito de assumir sozinho o comando do Congresso. Esse “bote ou ensaio de bote do PMDB” foi enfatizado pelo *Estadão* como o primeiro desafio para a nova presidenta⁴².

O jornal chamou de “apetites imoderados” as pretensões do PMDB na partilha ministerial. Temer reconheceu que, embora o partido ficasse com o mesmo número de pastas que tinha no governo Lula, “caiu a densidade dos Ministérios atribuídos ao partido”. Porém, publicamente, dizia que isso não incomodava os peemedebistas. Sobre esse apetite não satisfeito, o *OESP* alertou Dilma: “os políticos apreciam guardar as suas frustrações no congelador – à espera do melhor momento para dar o troco ao governante que lhes deu menos do que se achavam no direito de receber”⁴³. O jornal avaliou que a recém-eleita Dilma estaria, desde já, com dificuldades para gerir o arranjo político herdado do governo Lula/PT – que o jornal admitiu não ter sido inventado por Lula, mas sustentou, em tom irônico, que foi por ele aprimorado negativamente – com grande quantidade de partidos fisiológicos em busca de quinhões de poder⁴⁴.

Nos dois últimos dias de 2010, os editoriais do *Estadão* fizeram balanços dos governos Lula. Reconheceram que o país “viveu uma longa fase de prosperidade”, com crescimento da economia, aumento do mercado de consumo, elevação dos salários, transferência de renda – todos com bons números – e a política de conciliação de classes que beneficiou ricos e pobres. Porém, na cosmovisão político-ideológica do jornal, tudo isso só foi possível pela manutenção do tripé-macroeconômico neoliberal e, principalmente, graças às reformas econômicas – abertura ao mercado internacional, privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal e Plano Real – herdadas do governo FHC/PSDB. Ou seja, o que o PT fez de bom foi graças ao PSDB. E o que fez de ruim foi parte da histórica cartilha petista mesmo: a política desenvolvimentista do segundo mandato de Lula; a diminuição no superávit primário; o não aprofundamento de reformas neoliberais – tributária e previdenciária –; a diplomacia “terceiro-mundista”; a “exploração deslavada do carisma” de Lula; e as críticas feitas por ele à imprensa⁴⁵.

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2010 e 16/12/2010, p. A3.

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2010 e 24/12/2010, p. A3.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2010 e 24/12/2010, p. A3.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 30/12/2010 e 31/12/2010, p. A3.

Créditos iniciais desde que a agenda seja neoliberal

O primeiro mês de um novo governo não costuma ter grandes sobressaltos e assuntos para a imprensa noticiar e comentar. O novo Congresso ainda não tomou posse, a equipe ministerial apenas começa a se familiarizar com as pastas, a equipe econômica tem pouca margem de atuação e a presidenta se adapta à função. Se no geral é assim, o mês de janeiro de 2011 foi ainda mais calmo por se tratar de um novo governo de continuidade e que manteve boa parte dos ministros do governo anterior.

Apesar de ter feito histórica oposição ao PT, aos governos Lula da Silva e pedido voto contra a candidata/presidenta Dilma Rousseff, os primeiros editoriais do *Estadão* apontaram para uma trégua inicial à nova mandatária. O jornal chamou Dilma de “a presidente de todos os brasileiros” e insinuou que a população e a imprensa deveriam “conceder-lhe um crédito inicial de confiança”, pois é assim em países democráticos. Porém, no mesmo dia, outro editorial apresentou quais seriam os “desafios de Dilma” na visão do periódico: inflação, excesso de gasto público, déficit nas contas externas, carência de investimentos governamentais e, principalmente, a necessidade de “neutralizar a influência e o apego ao poder de seu antecessor”⁴⁶.

Foi comum nos primeiros editoriais, e isso se repetirá ao longo de todo o período de governo Dilma, a insistência do *Estadão* em criticar toda e qualquer movimentação política ou falas do ex-presidente Lula da Silva. Haverá casos até em que o jornal tentou indispor Dilma frente ao ex-presidente. *OESP* reconheceu que o governo Lula serviu para “mudar o País para melhor”, mas em sua cosmovisão, esta mudança foi feita sob “estilo populista” e “preocupação obsessiva” de ser reconhecido como um líder de origem popular. Lula é mostrado como “boquirroto, megalômano e narcisista” e que passaria os próximos anos cultivando esta mesma imagem⁴⁷.

O discurso de posse de Dilma foi elogiado pelo jornal que viu nela promessas de retomada da “pauta de reformas” política e tributária, compromisso com a estabilidade econômica e a liberdade de imprensa. Dias depois, outro texto apontou para uma “virada de página” em relação ao governo anterior. O jornal repercutiu a primeira reunião ministerial em que o governo reconheceu a necessidade de promover cortes no Orçamento. O *Estadão* elogiou e cobrou: “o zelo administrativo

⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.

evidenciado por Dilma não a exime da coragem de ousar. É o que transforma gestores em estadistas”⁴⁸.

O principal tema cobrado pelo *Estadão* sobre Dilma já foi publicado no quarto dia de seu mandato. Em janeiro, foram quatro editoriais a exigir ajuste fiscal e grandes cortes no Orçamento da União. Segundo o periódico, era preciso fazer um “freio na gastança” e dar uma grande “tesoura para Dilma”. O governo sinalizou com cortes na casa dos R\$ 30 bilhões, mas para os “analistas independentes” ouvidos pelo jornal, o país precisaria de um corte de R\$ 64 bilhões no Orçamento. Era comum o jornal usar a expressão “herança maldita” para se referir ao Orçamento herdado pela presidenta⁴⁹.

Para justificar os pedidos de ajuste fiscal e cortes no Orçamento, *OESP* se baseou em uma teoria econômica questionável: “o gasto público é um componente importante na formação dos preços”⁵⁰. Ou seja, na visão ideológica do periódico, o Estado e seus investimentos públicos são os principais responsáveis pela alta inflacionária. O aquecimento da economia interna, a expansão do emprego e os fatores internacionais eram apenas secundários, segundo o jornal. Assim, a elevação na taxa Selic feita pelo Banco Central em janeiro de 2011 (os juros básicos passaram de 10,75% para 11,25%) foi elogiada como um “remédio amargo”, mas necessário para conter a inflação. A Selic só poderia ser reduzida quando o governo cortasse “as despesas públicas”⁵¹.

Considerações Finais

Esta pesquisa corrobora qualitativamente as conclusões quantitativas de Fernando Azevedo (2017) sobre a histórica e inequívoca ação da grande imprensa brasileira na formação do antipetismo eleitoral no período da Nova República.

No pleito de 2010, o *Estadão* manteve a posição de destaque editorial à eleição, sempre com valorações negativas à candidata petista e apoio explícito ao candidato peessedebista. A análise das fontes permitiu ainda reforçar o argumento do Azevedo (2017) e de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2017) de que a imprensa brasileira, e o *Estadão* em particular, são importantes atores políticos, agindo para orientar e direcionar as classes médias e altas e também o campo político de

⁴⁸ *O Estado de S. Paulo*, 02 e 18/01/2011 p. A3.

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04, 09, 13 e 27/01/2011, p. A3.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2011, p. A3.

⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2011, p. A3.

centro-direita. Ainda, este trabalho vai ao encontro do trabalho feito por Ariel Goldstein (2017), que mostra como, historicamente, o *Estadão* apelou aos mesmos pacotes interpretativos utilizados contra Vargas, Jango e Lula, de “populismo”, “radicalismo” e “corrupção”, para rotular, desmerecer e se opor à candidatura presidencial de Dilma.

Em suma, o *Estadão* abusou da adjetivação negativa ao campo político-ideológico de esquerda e agiu como radical opositor da candidata petista. Pelos anos seguintes, o jornal faria indisfarçável oposição à presidenta Dilma Rousseff. Embora arvore-se como porta-voz da “opinião pública”, na prática, o jornal promoveu em seus editoriais um monólogo ideológico sem a mínima pretensão de se mostrar imparcial ou debatedor.

Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.
- _____. Diários Nacionais. In: GONÇALVES, Mirian (org). **Enciclopédia do golpe (vol.2)**. Bauru: Canal 6, 2018.
- CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- DIAS, Luiz Antonio e SOUZA, Rafael Lopes. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antonio e SEGURADO, Rosemary. **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. São Paulo: Intermeios, 2018.
- FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil**. Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo**. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018.
- _____. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010**. Revista Transversos, n. 18, abr. 2020a.
- _____. **Cronologia do afastamento de Eduardo Campos (PSB) da esfera política do petismo (2011-2013)**. Revista Espaço Acadêmico, n. 225, nov/dez. 2020b.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.